



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2011
Prova A1

Parte I – Prova Objetiva

1. Ao disciplinar o direito de nacionalidade, a Constituição Federal:

- a) vedou o estabelecimento, por lei, de distinção entre brasileiro nato e naturalizado.
- b) permitiu a extradição de brasileiros natos e naturalizados.
- c) autorizou o provimento de cargos de carreira diplomática por brasileiros natos e naturalizados.
- d) reservou a propriedade de empresas jornalísticas, apenas aos brasileiros natos.

2. Diz-se que a lei, em sentido material, vale para todas as ações a que se refere, para todos os sujeitos a que se destina e vale para sempre (enquanto não revogada). Tais características são denominadas, respectivamente:

- a) generalidade, impessoalidade e abstratividade
- b) impessoalidade, especificidade e revogabilidade
- c) generalidade, discricionariedade e estabilidade.
- d) abstratividade, impessoalidade e irrevogabilidade

3. A forma federativa do Estado brasileiro impede a:

- a) incorporação entre estados membros.
- b) transferência temporária da sede do governo federal.
- c) criação de territórios federais.
- d) criação de municípios, sem prévia consulta plebiscitária às populações locais envolvidas.

4. A inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo artigo 5º, XI, da Constituição Federal...

- a) pode ser suprimida por emenda à Constituição.
- b) pode sofrer restrição na vigência do estado de defesa, que permite a busca e a apreensão em domicílio, sem autorização judicial.
- c) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, mediante ordem judicial.
- d) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio para prestação de socorro.

5. A Constituição Federal não poderá ser

emendada...

- a) se a proposta de emenda tiver obtido três quintos dos votos dos membros da Câmara e do Senado, em dois turnos.
- b) para abolir medidas provisórias.
- c) se houver intervenção estadual em município.
- d) na vigência de intervenção federal.

6. Ao direito à probidade e à moralidade da administração pública, a Constituição Federal consagra uma garantia:

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) ação popular.
- d) mandado de injunção.

7. O *habeas corpus*:

- a) destina-se a sanar qualquer coação ilegal, mesmo que para sua demonstração se torne indispensável a dilação probatória.
- b) poderá ser impetrado de ofício pelo juiz sempre que o ato por ele praticado configurar coação ilegal.
- c) poderá ser impetrado por qualquer pessoa – até pelo Ministério Público em favor do réu – mesmo sem procuração.
- d) não presta para se arguir nulidade processual, pois para essa finalidade o Código de Processo Penal destinou as alegações finais e as razões recursais.

8. Ao tutelar o direito à vida, a Constituição Federal veda, textualmente:

- a) qualquer hipótese de pena de morte.
- b) a manipulação de material genético.
- c) a comercialização de órgãos humanos.
- d) a execução de qualquer espécie de aborto.

9. O artigo 7º, XXVII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais, textualmente, “ a proteção em face da automação, na forma da lei”, é norma de eficácia...

- a) contida, cujo saneamento da omissão pode ser

tentado por meio de mandado de injunção e de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

b) limitada, cujo saneamento da omissão pode ser tentado por meio de mandado de injunção e de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

c) contida, cujo saneamento da omissão pode ser tentado somente pelo trabalhador, por meio de mandado de injunção, por ser direito a ele conferido.

d) limitada, cujo saneamento da omissão pode ser tentado somente pelo trabalhador, por meio de mandado de injunção, por ser direito a ele conferido.

10. O chamado quinto constitucional significa:

a) a necessidade da assinatura de um quinto dos cidadãos brasileiros, para propor projeto de lei no Congresso Nacional.

b) a participação assegurada ao Ministério Público e aos advogados nos tribunais estaduais, no Distrito Federal, dos territórios e tribunais regionais federais.

c) o quorum necessário para aprovação dos projetos de emenda constitucional.

d) os honorários máximos que o advogado poderá cobrar em qualquer tipo de ação.

11. Assinale a alternativa errada:

a) Os princípios gerais do direito devem inspirar os sistemas jurídicos positivos, conduzindo-os ao reconhecimento dos direitos fundamentais inerentes à natureza do homem.

b) Os princípios gerais do direito são considerados normas e, por isso, integram o ordenamento jurídico.

c) A equidade vem a ser um recurso hermenêutico de aplicação do Direito. Trata-se de procedimento que adapta a generalidade da norma às peculiaridades dos casos concretos.

d) A equidade serve como instrumento de interpretação, servindo de guia para o Juiz na aplicação da lei.

12. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira, assinale a alternativa errada:

a) aplica-se a lei penal brasileira a crime contra a administração pública, praticado no estrangeiro, por quem está a serviço do governo brasileiro;

b) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra a liberdade do Presidente da República;

c) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra o patrimônio de Município brasileiro;

d) se o agente que pratica, no estrangeiro, crime contra a vida do Presidente da República é condenado pela lei daquele país, não pode ser no-

vamente punido pela lei brasileira, com base no princípio do *non bis in idem*.

13. Assinale a alternativa correta:

a) sujeito ativo do crime é toda pessoa natural que pratica o fato típico, independente de sua idade ou estado psíquico, portanto também o doente mental.

b) sujeito passivo é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado pela conduta criminosa, podendo ser o Estado ou também os animais, como nas hipóteses de crueldade ou maus-tratos.

c) Objeto do crime são os instrumentos utilizados para a prática do delito.

d) o homem pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo.

14. A Lei Penal posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores:

a) ainda que tais fatos tenham sido praticados na vigência de lei excepcional ou temporária.

b) desde que a execução da pena não tenha sido iniciada.

c) exceto nos casos de crimes hediondos, consumados ou tentados.

d) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

15. Assinale a alternativa correta:

a) O princípio da irretroatividade da lei penal mais grave, assegurado inclusive pela Constituição Federal, não admite exceções.

b) Pela teoria da ação, adotada pela legislação brasileira considera-se como lugar do crime aquele em que foi praticada a ação, ainda que seu resultado tenha ocorrido em outro lugar.

c) Segundo a teoria da imputação objetiva, o resultado de uma conduta somente pode ser objetivamente imputado ao seu autor quando tenha criado uma situação de risco juridicamente não permitida a um bem jurídico e tal risco se tenha concretizado num resultado típico.

d) A doutrina majoritária entende que crime é a ação típica, antijurídica, culpável punível.

16. Reconhece-se o concurso formal de crimes quando:

a) há concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.

b) o agente, mediante uma só ação ou omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplicando-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

c) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou

não, aplicando-lhe cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
d) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

17. Assinale a alternativa inexistente.

- a) A suspensão condicional do processo é um direito público do réu de, preenchidos todos os requisitos legais, ter suspensão a execução da pena imposta, durante certo prazo e mediante determinadas condições.
- b) O período de prova do sursis varia de 4 a 6 anos.
- c) A superveniência de condenação irrecorrível pela prática de crime doloso acarreta a revogação obrigatória do sursis.
- d) Pode-se suspender a pena quando não for indicada ou cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

18. Consoante a lei brasileira, considera-se:

- a) praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) lugar do delito é aquele em que ocorreu o evento ou o resultado, se o crime foi praticado em mais de dois Estados da Federação.
- c) como extensão do território nacional, as embarcações e aeronaves estrangeiras que se encontrem em alto-mar ou no espaço aéreo correspondente, se as autoridades estiverem em missão diplomática.
- d) aplicável o princípio da territorialidade aos fatos puníveis no território nacional, desde que praticado por brasileiros.

19. A diferença entre crime e contravenção reside tão-somente:

- a) na pena
- b) na culpabilidade
- c) no fato de que esta última admite livramento condicional.
- d) no fato de que esta última não admite o reconhecimento, pelo Juiz, da reincidência.

20. No que concerne às causas de exclusão de antijuridicidade, é correto afirmar-se:

- a) Também são conhecidas como dirimentes.
- b) a inexigibilidade de conduta diversa é aceita comumente como causa suprallegal.

- c) o consentimento do ofendido somente é aceito para afastar a ilicitude quando se tratar de bens jurídicos disponíveis como a honra, o patrimônio e a liberdade.
- d) não pode haver legítima defesa do patrimônio para lesionar um bem jurídico de maior relevância como a vida.

21. Sobre o domicílio da pessoa jurídica, pode-se afirmar que:

- a) será sempre o lugar onde funcionar a respectiva administração, ainda que possua outros estabelecimentos em lugares diferentes.
- b) não se admite a eleição de domicílio especial nos estatutos ou atos constitutivos.
- c) havendo mais de um estabelecimento, em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- d) será o local de sua sede, ainda que esta seja no estrangeiro, sendo irrelevante a existência de estabelecimentos no Brasil.

22. Quanto à resolução dos contratos por onerosidade excessiva, é correto afirmar que:

- a) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, o contrato será resolvido de pleno direito.
- b) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o contrato será resolvido, ainda que o credor se disponha a modificar as suas condições com vistas a restabelecer o equilíbrio das prestações.
- c) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o contrato poderá ser resolvido a pedido do devedor.
- d) independe das circunstâncias que deram causa ao desequilíbrio, sendo cabível desde que se demonstre a excessiva vantagem a favor da outra parte, em respeito ao princípio da boa-fé.

23. São relativamente incapazes:

- a) os ébrios eventuais, os viciados em tóxicos e, os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- b) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os menores de 16 (dezesseis) anos.

24. Sobre as obrigações, é correto afirmar que:

- a) nas obrigações de dar coisa incerta, assim como nas alternativas, a escolha, em regra, cabe ao devedor.
- b) Nas obrigações personalíssimas, recusando-se o devedor a cumprir a prestação a que estava obrigado, deverá indenizar o credor por perdas e danos.
- c) é indivisível a obrigação cuja prestação tem por objeto bem indivisível.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

25. Na cessão de crédito:

- a) se não houver disposição expressa, não se considerarão cedidos os seus acessórios.
- b) o devedor pode opor ao cessionário a exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que teve conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- c) o cedente, em regra, responde pela solvência do devedor.
- d) ainda que penhorado, é válida a cessão do crédito.

26. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A imparcialidade do Juiz é pressuposto para que a relação processual se instaure validamente, sendo admitido na Constituição Federal, só excepcionalmente a criação de tribunais de exceção.
- b) As partes e os procuradores devem merecer tratamento igualitário, para que possam ter as mesmas oportunidades de fazer valer em juízo suas razões.
- c) O princípio do contraditório implica numa garantia fundamental de Justiça.
- d) O contraditório não admite exceções. Mesmo em caso de urgência o demandado poderá desenvolver a atividade processual antes que o provimento se torne definitivo.

27. A citação válida:

- a) Não torna prevento o Juízo.
- b) Induz litispendência.
- c) Não torna litigiosa a coisa.
- d) Constitui em mora o devedor, quando este apresentar contestação

28. Com relação à figura do litisconsórcio, mostra-se incorreta a alternativa:

- a) Litisconsórcio necessário é o que não pode ser dispensado, mesmo com o acordo geral dos litigantes.
- b) Em regra, o litisconsórcio cria uma unidade procedimental, mas conserva a autonomia das

ações cumuladas, de sorte que os pedidos reunidos pelos diversos autores, ou contra os diversos réus, mesmo sendo julgados por sentença formalmente una, terão obrigatoriamente desfechos iguais.

c) O litisconsórcio unitário nem sempre é necessário, tanto que os condôminos podem reivindicar a coisa comum, sendo o resultado uniforme para todos os interessados.

d) Tem o Juiz o poder de controlar a formação e o volume do litisconsórcio facultativo.

29. Quanto à revelia, é correto afirmar que reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor:

- a) se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar.
- b) se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considere indispensável à prova dos autos.
- d) se o réu não contestar a ação.

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A desistência da ação se confunde com a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, produzindo coisa julgada material.
- b) Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- c) Após a citação, não pode o autor modificar o pedido ou causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- d) A citação válida torna prevento o Juízo e induz litispendência.

31. O Ministério Público é um órgão do Estado:

- a) subordinado ao Poder Executivo.
- b) vinculado ao Poder Legislativo.
- c) independente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- d) dependente do Poder Judiciário.

32. É função institucional do Ministério Público:

- a) promover a assistência judiciária gratuita.
- b) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) exercer o controle externo da atividade judicial.
- d) representar, em juízo, a União, o Estado e o Distrito Federal.

33. Acerca do Ministério Público Federal, é

INCORRETO dizer que:

- a) está presente em todos os Estados brasileiros.
- b) possui unidades espalhadas por todo o Estado de São Paulo.
- c) tem Procuradorias da República nos Municípios.
- d) não integra o Ministério Público da União.

34. São exemplos de medidas administrativas tomadas pelo Ministério Público antes de propor ação civil pública, a fim de coletar provas sobre a existência ou não de irregularidades:

- a) procedimento investigatório criminal.
- b) inquérito civil público.
- c) controle externo da atividade policial.
- d) inquérito policial.

35. O Ministério Público da União acomoda os seguintes ramos, com áreas de atuação, organização e administração distintas:

- a) o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- b) Procuradoria do Ministério Público da União o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) Procuradoria-Geral da República, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- d) Procuradoria Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



PROVA A1

| | A | B | C | D | | | A | B | C | D | |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | ■ | | | | A | 19 | ■ | | | | A |
| 02 | ■ | | | | A | 20 | | | ■ | | C |
| 03 | | | | ■ | D | 21 | | | ■ | | C |
| 04 | | | | ■ | D | 22 | | | ■ | | C |
| 05 | | | | ■ | D | 23 | ■ | | | | A |
| 06 | | | ■ | | C | 24 | | | | ■ | D |
| 07 | | | ■ | | C | 25 | | ■ | | | B |
| 08 | | | ■ | | C | 26 | ■ | | | | A |
| 09 | | ■ | | | B | 27 | | ■ | | | B |
| 10 | | ■ | | | B | 28 | | ■ | | | B |
| 11 | | ■ | | | B | 29 | | | | ■ | D |
| 12 | | | | ■ | D | 30 | ■ | | | | A |
| 13 | ■ | | | | A | 31 | | | ■ | | C |
| 14 | | | | ■ | D | 32 | | ■ | | | B |
| 15 | | | ■ | | C | 33 | | | | ■ | D |
| 16 | | ■ | | | B | 34 | | ■ | | | B |
| 17 | | ■ | | | B | 35 | ■ | | | | A |
| 18 | ■ | | | | A | | | | | | |